

MUSEU DE ARTE E
ARQUEOLOGIA
UNIVERSIDADE DE S. PAULO
Biblioteca

ARQUEOLOGIA E SOCIEDADE

RECONSTITUIÇÃO DO
PASSADO PRÉ-HISTÓRICO

por

GRAHAME CLARK

*Membro da Peterhouse e Professor de
Arqueologia da Universidade de Cambridge*

Traduzido por

M. ISABEL ALARCÃO



LIVRARIA ALMEDINA
COIMBRA ~ 1966

7000
Museu de Arqueologia e Etnologia

Universidade de São Paulo

BIBLIOTECA

N.º de livro: _____

N.º de chamada: _____

I

INTRODUÇÃO

ARQUEOLOGIA E PRÉ-HISTÓRIA

A arqueologia pode definir-se, muito simplesmente, como o estudo sistemático das antiguidades em ordem a uma reconstituição do passado. O esforço de um arqueólogo só será profícuo se este possuir um verdadeiro sentido da história, mesmo que não tenha que enfrentar aquilo que constitui talvez o problema mais delicado da investigação histórica, ou seja, a interacção complexa do homem e do acontecimento. Contudo, ele sentir-se-á ainda mais profundamente envolvido no fluxo do tempo. De modo especial, o arqueólogo pré-histórico depara com mutações históricas de dimensões muito maiores do que aquelas que se põem ao historiador das civilizações que possuem já testemunhos escritos e, consequentemente, tem de recorrer muito mais à sua capacidade de imaginação histórica. Mas, mesmo no aspecto puramente técnico, tem de contar com problemas de decifração muito mais difíceis, problemas esses que geralmente só podem ser superados recorrendo à experiência de cientistas e eruditos altamente especializados.

—A grande atracção da arqueologia reside, na verdade, na multiplicidade dos seus aspectos. Pode mesmo afirmar-se que há raras faculdades, experiências ou ramos de conhecimento especializados, que não possam contribuir para a investigação arqueológica ou não venham a ser por ela estimulados. O arqueólogo autêntico — se é que ele existe — terá de gostar de fazer viagens, explorações e reconhecimentos; de ser perito em negócios e administração e hábil em conseguir fundos e obter toda a espécie de licenças das autoridades e dos proprietários, dos quais só poucos podem esperar lucros das suas actividades, e capaz

de orientar e dirigir escavações que podem muito bem vir a transformar-se em empreendimentos de vulto; terá de ser topógrafo, desenhador e fotógrafo competente para poder documentar de forma adequada todos os seus achados; de conciliar o dom da descrição minuciosa e da análise com o poder de síntese e uma certa aptidão para o jornalismo; terá de possuir uma propensão linguística ou pelo menos ser capaz de assimilar as comunicações dos seus colegas estrangeiros, sem as quais os seus próprios trabalhos não terão aquela autoridade que só uma vasta leitura e confronto podem conferir.

A juntar a todos estes talentos comuns, sem os quais até a mais profunda investigação neste campo corre sérios riscos de se mostrar ineficaz, o arqueólogo-modelo, cujos traços delineámos, deve ser dotado de qualidades ainda mais raras e de natureza superior. A prática fecunda da arqueologia exige uma enorme capacidade e um grande desejo de apreender os fins, os métodos e as potencialidades dos seus colaboradores nos mais diversos ramos do conhecimento humanístico e científico. Por outras palavras, a contribuição de um arqueólogo será tanto mais valiosa quanto mais ele reconhecer os limites e as possibilidades da parte que lhe cabe na dilucidação do passado. Primeiro, é preciso reconhecer que a arqueologia é realmente uma ciência, mas reconhecer também que ela é apenas uma das muitas ciências que são necessárias para esclarecer o passado mais ou menos remoto; em seguida, é preciso ter sempre presente que o seu êxito depende, não só do rigor dos seus próprios métodos, mas também da capacidade de abertura dos arqueólogos quando colaboram com os que se dedicam a ciências afins, em ordem à resolução de problemas comuns.

A arqueologia, como ciência que é, tem as suas exigências próprias. Todos os arqueólogos, seja qual for o seu campo específico de investigação, dependem, em primeiro lugar, do estudo dos artefactos, e classificá-los e conhecê-los exige um sentido muito apurado dos estilos; antes de mais, o arqueólogo tem de confiar largamente na apreciação da forma, textura e estilos artísticos, se na realidade quer distinguir com precisão produtos de culturas distintas, discernir estádios da evolução histórica ou revelar a interacção de tradições diferentes. Em seguida, desde que se encontre empenhado na tentativa de reconstituir a vida das sociedades responsáveis pelos artefactos sobre que incide o seu estudo, depara com uma nova série de exigências. Até mesmo para apreciar obras de arte antigas é necessário aliar a

capacidade de apreciação estética a um vasto conhecimento das técnicas e da história da arquitectura, da escultura e da pintura. Mas ao mesmo tempo que estuda os artefactos, a sua produção e os seus usos, o arqueólogo tem também de se familiarizar com a vida das sociedades dessa época. Na verdade, os processos técnicos e os artefactos que deles resultam só podem assumir plenamente o seu sentido histórico quando relacionados com os sistemas económicos e sociais de que fazem parte. Isto quer dizer que aos arqueólogos não basta ter em atenção o trabalho dos historiadores da economia e da sociedade, mas também as descobertas da antropologia social, sobretudo no caso daqueles que se dedicam ao estudo das sociedades pré-históricas.

— Por outro lado, dado que os artefactos são feitos por e para pessoas, e visto que as sociedades são constituídas por indivíduos, impõe-se o estudo da mentalidade e das verdadeiras características físicas dos portadores dessas culturas, estudo esse que o arqueólogo só pode fazer por vias indirectas, uma vez que, no caso da mentalidade, está normalmente a estudar povos que nem sequer possuem uma literatura e cuja língua ele desconhece e, no caso do tipo físico e condições de saúde tem, em regra, de limitar-se a restos de esqueletos, que podem muitas vezes ser incompletos; para o conhecimento da mentalidade terá de contar sobretudo com aquilo que pode deduzir da maneira como esses povos utilizaram o meio ambiente, se comportaram em relação uns aos outros e reagiram perante forças imateriais e invisíveis, embora possa tirar algum partido do estudo do tamanho e das circunvoluções do cérebro, no caso de aparecerem crânios; quanto ao tipo físico, raça, idade, sexo, história médica, nutrição e deformação, terá de apoiar-se na anatomia e na medicina forense e, no que toca ao material antigo, fóssil, na paleontologia humana, ramos da ciência que, com um pouco de sorte, encontrará reunidos na pessoa de um antropologista físico.

— Ao arqueólogo, sobretudo ao que se dedica às civilizações pré-históricas, põe-se então o problema de as integrar no seu ambiente geográfico para as revelar em todos os seus aspectos ou chegar mesmo a compreender a base económica em que assentam. Não basta estudar as relações entre os vestígios dos agrupamentos primitivos e a situação geográfica actual: investigações dessa natureza podem ser ilusórias e levam normalmente a conclusões tanto mais erradas quanto mais antigas forem as civilizações a estudar, visto que o ambiente geográ-

fico tem de ser considerado um factor tão inconstante como os próprios agrupamentos humanos. O que o arqueólogo pré-histórico tem de fazer é estudar a história desses agrupamentos relacionando-a com a história do clima, topografia, vegetação e fauna do território em causa. Neste aspecto, uma das maiores dificuldades consiste em distinguir, nas mutações relativas ao ambiente, as que derivam de processos puramente materiais e as que foram provocadas, quer intencional quer acidentalmente, pelas actividades da sociedade humana; este problema só pode ser resolvido por uma íntima cooperação com climatologistas, geólogos, pedologistas, botânicos, zoólogos e paleontologistas num clima de investigação conjunta do período Quaternário.

— O arqueólogo necessita de conhecer a fundo quais são as condições geográficas que correspondem a cada etapa do povoamento humano; saber quais os limites impostos às actividades económicas de uma determinada comunidade por circunstâncias externas; e sobretudo, até que ponto as actividades económicas dos povos sobre que incide a sua atenção se reflectiram e podem ser reconstituídas a partir das transformações geográficas. Só é possível ter uma ideia clara da base económica dos agrupamentos primitivos e conhecer com exactidão a maneira como esses homens se serviram do ambiente que os rodeava, se se considerarem as culturas antigas como elementos de uma situação ecológica mutável e só assim é possível atingir um conhecimento pleno do progresso intelectual, económico e social das comunidades primitivas.

Os métodos arqueológicos podem ser eficazmente aplicados a qualquer fase ou aspecto da história que se apresente insuficientemente documentado por testemunhos escritos, mesmo que se situe num passado muito recente; é que a arqueologia existe, não apenas para preencher lacunas nos documentos, mas também para verificar a sua autenticidade e para os confirmar. Neste aspecto, os testemunhos arqueológicos têm certa analogia com as provas indiciárias dos tribunais. O depoimento humano, seja ele oral ou escrito, contém um poder de atracção que à primeira vista parece não existir nos fragmentos e vestígios de que o detective se serve para as provas por indício; mas a própria humanidade, que nos atrai nos testemunhos escritos ou orais, tem sérias limitações. A memória humana é falível e o móbil das testemunhas, dos autores de documentos oficiais ou mesmo dos historiadores é muito mais complexo do que eles próprios julgam.

A acariação nos tribunais, e a análise crítica nas ciências, podem fazer algo para rectificar ou pelo menos descobrir as inexactidões do testemunho humano, mas pouco mais podem fazer do que reduzir a área da incerteza. Embora a interpretação de dados científicos por técnicos profissionais possa levar a conclusões opostas, não se pode duvidar do valor das provas indiciárias como meio de verificação do testemunho pessoal. Uma vez que a arqueologia se ocupa do passado, não são tanto as imperfeições dos documentos existentes, mas a sua ausência, que encarece o valor do testemunho arqueológico. Por exemplo, sabe-se que a informação acerca da competência dos homens medievais é mais exacta se se obtém a partir do estudo dos instrumentos científicos do que apenas a partir dos seus tratados. De modo semelhante, as escavações dos últimos tempos têm revelado mais facetas da história dos agrupamentos medievais da Dinamarca do que as que poderíamos deduzir dos documentos, e mesmo na Inglaterra, onde a informação documental é bastante completa, há grandes esferas da actividade económica que nunca, ou só muito casualmente, foram consignadas por escrito.

Temos de assentar na ideia de que o valor do testemunho arqueológico como meio de informação sobre a história humana varia numa proporção inversa à da quantidade e natureza das fontes documentais, tomadas em sentido lato. Quanto mais incompletos forem os dados históricos, mais terá de confiar-se nos testemunhos que se nos oferecem. É por isso que o mérito da arqueologia é sempre maior em relação aos primórdios das civilizações orientais do que em relação às civilizações clássicas ou às civilizações europeias mais recentes. No estudo das primitivas comunidades históricas, a arqueologia desempenha um papel auxiliar, se não mesmo subsidiário, sempre que existe um número considerável de inscrições, visto que estas dão uma visão mais directa da mentalidade e dos valores das sociedades primitivas do que os objectos materiais. Pelo contrário, é na reconstituição da pré-história, ou seja, de todo aquele período da vida da humanidade extraordinariamente longo e do qual nenhuns documentos escritos chegaram até nós, que a arqueologia dá a sua contribuição plena à ciência. Embora eu não hesite em ir buscar alguns casos à arqueologia das sociedades históricas para exemplificar a natureza do testemunho arqueológico e os métodos para o salvaguardar, o assunto que me proponho tratar neste livro é a arqueologia pré-histórica, isto é, a arqueologia

logia da fase pré-literária da humanidade, fase que durou até à época contemporânea em regiões do mundo bastante extensas, muitas das quais só agora estão a conseguir governar os seus próprios destinos.

Nenhum critério de delimitação exacta do período pré-histórico terá uma aceitação geral, embora a maior parte dos arqueólogos de língua inglesa estejam de acordo em que ele diz respeito às sociedades pré-literárias. Quanto ao início desse período não se pode traçar uma separação nítida entre as sociedades animais e as humanas, mas para fins de natureza prática, podemos aceitar como um dado útil o aparecimento de utensílios, fabricados segundo uma tradição identificável. No que diz respeito ao seu termo, o aparecimento de textos mais ou menos contínuos pode considerar-se como o fim da pré-história e o princípio daquilo que se convencionou chamar história. Contudo, é evidente que pode haver uma divergência de opinião quanto ao momento preciso em que a ausência da escrita deu lugar ao seu aparecimento, aparecimento esse que deve ter sido fruto de um processo lento; e além disso, a sua difusão foi tão irregular, que foi preciso esperar cerca de cinco mil anos para que, a partir dos centros primitivos, a escrita se estendesse a todo o mundo.

Como resultante desta lenta difusão, o período pré-histórico foi muito mais longo numas regiões do que noutras. Assim, mesmo na Europa se podem apontar diferenças nítidas conforme as áreas: em grande parte da zona costeira mediterrânica, foram as colonizações grega e púnica que vieram pôr termo ao período pré-histórico, em meados do primeiro milénio a. C.; a expansão do Império Romano, em séculos posteriores, incorporou na esfera da história o resto da zona mediterrânica e partes das zonas temperadas e, apesar das províncias mais afastadas terem recaído na barbárie, a experiência do domínio imperial foi suficientemente profunda para marcar o fim de uma época; porém, extensos territórios das regiões setentrionais, centrais e orientais do nosso continente continuaram mergulhados na pré-história até serem envolvidos e influenciados pelo Cristianismo durante a Idade Média. A maior parte da Ásia ocidental e partes da Ásia do Sul já tinham sido atraídas para a esfera das antigas civilizações orientais muito antes das famosas campanhas de Alexandre; por outro lado, o aparecimento de uma civilização independente, embora não totalmente original, na China do Norte, possuindo documentos escritos pouco depois de meados do segundo milénio a. C.,

pôs fim à pré-história em grande parte do Extremo Oriente mesmo antes do estabelecimento de um contacto directo com o Ocidente. Em contrapartida, grande parte da África manteve-se na fase pré-histórica até quase aos tempos modernos; influências da Antiguidade egípcia tinham já penetrado em extensas áreas do Norte da África, mas foi só com o estabelecimento das feitorias fenícias litorais que algumas parcelas do continente fora do vale do Nilo e das áreas circunvizinhas se tornaram históricas; o tráfico comercial no Oceano Índico deve ter aberto, relativamente cedo, partes da costa oriental e, no Ocidente, os Portugueses estenderam a sua influência até à Costa do Ouro antes de findar o século XV; mas só em 1652 é que os Holandeses vieram perturbar a pré-história da África do Sul e grande parte da zona tropical do interior continuou na fase pré-histórica até aos meados do século dezanove. Para todos os efeitos, a Austrália prolongou a sua pré-história até a fundação de Sidney, em 1788, iniciar um processo que só bem entrado já o século dezanove viria a afectar a maior parte do continente. Quando o Novo Mundo foi efectivamente descoberto pelos Europeus, é verdade que já ali existiam civilizações indígenas e que algumas possuíam documentos escritos, mas a maior parte das duas Américas foi pré-histórica até ser devassada pela exploração e povoamento da era pós-colombiana.

Daqui se conclui que, durante longo tempo, coexistiram comunidades pré-históricas e comunidades capazes de relatarem a sua própria história, e que culturas mais rudimentares em regiões próximas ou até muito distantes devem ter estado sujeitas, em tempos muito recuados, à influência mais ou menos profunda dos centros civilizados. Isto significa que as civilizações pré-históricas mais recentes têm de ser estudadas no mesmo contexto que as civilizações históricas suas contemporâneas. Com a clareza que lhes é peculiar, os nossos colegas franceses reconheceram há muito que este facto serve, por sua vez, para distinguir as fases da pré-história anteriores ao aparecimento das primeiras civilizações (ou pelo menos ao impacto destas na pré-história da área em causa) daquelas que deixam entrever na metalurgia ou noutros aspectos a influência de ideias que, em última análise, derivam das comunidades históricas: para eles a *pré-história* abrange só a primeira fase, que vai desde o começo do período Paleolítico até ao Neolítico; *proto-história* é a designação que dão à última fase. Os arqueólogos ingleses, duma maneira geral, têm-se mantido fiéis

ao conceito de pré-história como um período unitário. Todavia é importante reconhecer que existem dois polos de atenção, que são o daqueles pré-historiadores que se dedicam à evolução primária da cultura até à descoberta e expansão de uma economia agrícola elementar, e o daqueles outros cujo principal interesse reside no segundo surto da cultura e na transformação das primitivas comunidades agrícolas sob os impulsos da civilização até serem capazes de começar a relatar a sua própria história: em certas condições pode mesmo ser vantajoso falar em pré-história primária e pré-história secundária.

[O principal objectivo da pré-história é recuperar o maior número possível de elementos sobre a história das sociedades pré-literárias que, pela sua própria natureza, não se encontravam em condições de no-los transmitir.] Isto torna quase desnecessário acentuar que o tipo de informação que é possível obter-se acerca do passado pré-histórico difere profundamente daquele que se pode adquirir acerca da história das sociedades que possuem já uma literatura, por muito escassa que esta seja. Até certo ponto têm razão aqueles que sustentam que os pré-historiadores, ao esforçarem-se por reconstituir o período pré-histórico estão a tentar o impossível, visto que os povos dessa época não têm, nem podem ter, uma história própria. Temos de distinguir entre história no sentido rigoroso e clássico do termo, que começou só quando passou a ser escrita, e história no seu significado mais amplo e tendente a evoluir cada vez mais, que é fruto do pensamento científico dos dois últimos séculos e compreende toda a narração da sociedade humana. O facto de nós agora reconhecermos uma continuidade no desenvolvimento e uma continuidade que só convencionalmente se pode restringir às sociedades humanas, não nos deve impedir de considerarmos a História Natural, a Pré-História e a História como ciências distintas, que diferem não só nos seus métodos, mas sobretudo naquilo que nos podem dizer sobre o passado.

[A glória da história não reside só no facto de ela nos dar a possibilidade de descobrir tendências gerais a partir de uma multidão de pormenores] — o que muitas vezes também se pode fazer para a pré-história — [mas sim de estudar as relações dos indivíduos uns com os outros e com as circunstâncias em que se encontraram, e chegar até a revelar os motivos que determinaram ou pelo menos influenciaram certas decisões.] Por outro lado, o pré-historiador, não possuindo fontes documentais, está impossibilitado de fazer identificações de pes-

soas; assim que temos conhecimento de nomes, mesmo que sejam só das personalidades mais evidentes, sentimo-nos no limiar da história propriamente dita e começamos, mesmo entre os de língua inglesa, a qualificar os nossos estudos de proto-históricos. A pré-história, como escrevi noutro lugar,* é uma disciplina social: «não trata dos indivíduos ou das relações de uns com os outros ou com a sociedade de modo geral, mas trata das sociedades, incluindo a sua estratificação interna e organização local e as relações das sociedades umas com as outras e com o mundo da natureza de que, em última análise, fazem parte integral». Porém, embora lidando com dados mais vastos e tendo de mover-se num nível mais abstracto do que a história propriamente dita, a pré-história não deixa de ser uma ciência fundamentalmente histórica, porque o tempo é a sua principal dimensão.

Ora, apesar de a arqueologia ser simplesmente uma das muitas disciplinas empenhadas na reconstituição da pré-história, como veremos mais adiante nos capítulos que tratam desse aspecto (VI e VII) ela é, contudo, a disciplina fundamental e aquela que constitui o tema principal deste livro. Parece, portanto, apropriado dedicar a última parte do nosso capítulo introdutório a considerações sobre a história da arqueologia** nas suas linhas gerais, fazendo uma referência especial à ideia de pré-história.

Podemos começar por assentar em que a reconstituição do passado da humanidade através da descoberta e interpretação de vestígios materiais das comunidades primitivas é uma ideia relativamente recente, muito embora os tesouros escondidos tenham fascinado a imaginação dos homens desde que estes acharam que valia a pena descobri-los. Sabe-se que os Gregos e os Romanos já davam um certo valor à existência de uma idade pré-histórica, mas por muito interessantes que nos pareçam as suas reflexões, elas não passaram de especulações e não resultaram numa tentativa sistemática para reaver os vestígios materiais do passado. O homem medieval, consciente de viver num presente divinamente ordenado, quase não se interessou pelo passado, e quando o fez, só a antiguidade clássica lhe prendeu a atenção. A descoberta da civilização antiga deu-se sobretudo no aspecto literário, mas conhecemos pelo menos um erudito dos fins da Idade Média, Ciriaco de Pizzicolti, que nasceu em Ancona em 1391 e se

* *The Study of Prehistory*, Cambridge, 1953.

** Ver Glyn E. Daniel, *A Hundred Years of Archaeology*, 1950.

empenhou na investigação arqueológica da Grécia insular e continental, coleccionando moedas, recolhendo inscrições e visitando os lugares da antiguidade clássica.

Este interesse pelos vestígios materiais da antiguidade clássica, que assinala efectivamente os começos da arqueologia na cultura ocidental, sofreu um grande impulso com o renascimento do interesse pela cultura antiga em geral, que, fazendo a transição para o período moderno, encontrou significativa expressão num estilo de arte muito próprio: o estilo renascentista. Esta nova tendência artística foi inspirar-se nos monumentos da antiguidade clássica. O desejo de reaver um número sempre crescente de modelos do período clássico levou ao desenvolvimento do que justamente se designa por explorações de pedreiras arqueológicas no solo da Itália e da Grécia e isto fez-se sentir em toda a parte onde chegaram as novas ideias. Quando Thomas Howard, conde de Arundel, foi em visita à Itália em 1612, não só iniciou um costume que durante duzentos anos havia de atrair ao Mediterrâneo jovens ingleses da aristocracia, mas iniciou uma recolha de antiguidades que havia de vir a reunir muitas esculturas clássicas de regiões tão afastadas como a Grécia, as ilhas do Egeu e a parte ocidental da Ásia; apesar de dispersos e em grande parte perdidos, os mármore de Arundel desempenharam o seu papel na medida em que despertaram o interesse dos Ingleses pelos vestígios tangíveis da antiguidade clássica, e, até nós, chegou um resíduo que constitui o núcleo da actual colecção Ashmolean. Outra viagem à Itália, mais tardia e feita por Thomas Hollis e Thomas Brand entre 1748 e 1753, levou à criação da primeira cadeira de Arqueologia na Inglaterra. A casa que estes dois companheiros de viagem construíram em Ingatestone, no Essex, para exporem os seus tesouros, foi, em devida altura, comprada por John Disney, juntamente com a colecção. Antes de morrer, Disney publicou-a nos três grandiosos volumes do *Museum Disneianum* (1846-9), doou os originais ao Fitzwilliam Museum, então recentemente construído, e em 1851 instituiu a cátedra Disney, sem dúvida com a ideia de enaltecer as antiguidades da Grécia e de Roma, ideia que felizmente não foi especificada.

O entusiasmo pelo conhecimento da antiguidade clássica foi apenas um dos vários factores que levaram ao incremento dos estudos arqueológicos. Outro, foi o interesse pela história pátria associado à desintegração da Cristandade medieval e ao surto dos estados nacionais.

A princípio, este interesse foi principalmente literário, como podemos inferir da incumbência de pesquisar documentos históricos nas casas religiosas e colégios da Inglaterra, feita por Henrique VIII a John Leland (1506-52), bibliotecário da livreria real, ou das actividades de antiquários posteriores como John Stow, William Lambarde, Robert Cotton, John Spelman e William Camden (1551-1623), que, juntamente com outros, criaram o Colégio Isabelino de Antiquários, que teve vida efémera. A actividade destes homens da época isabelina não tinha outro objectivo que não fosse a exaltação da Pátria. Como recentemente* escreveu a Dr.^a Joan Evans, procuravam acima de tudo demonstrar uma «longevidade cultural do seu país»: o Parlamento tinha que datar da era Romana; o porte de armas, do tempo de César; e o Cristianismo havia de ter vindo para a Bretanha com José de Arimateia». O seu campo de acção limitava-se à história, e apesar de Camden ter apresentado gravuras de moedas dos antigos Bretões na primeira edição da sua *Britannia* (1586), afirmava com convicção que o verdadeiro historiador não devia aventurar-se para além dos Romanos.

Ora, uma vez lançados na descoberta da antiguidade, não havia nenhum motivo lógico para parar nesse limite, e isto com muito menos razão em territórios situados para além das fronteiras do Império Romano. Os interesses dos Alemães e dos Escandinavos concentraram-se, como é natural, no estudo dos bárbaros livres. Mesmo assim, é bastante característico o facto de eles se terem voltado em primeiro lugar para referências e descrições de autores gregos e romanos. Os eruditos alemães mostraram um interesse quase patológico pela *Germania* de Tácito. A primeira edição impressa veio a lume em Nuremberga logo em 1473 e seguiu-se-lhe em 1535 *Das Buchlein von der alten Teutschen Brauch und Leben*, o primeiro de uma longa série de trabalhos em língua vernácula, tentando descrever a vida dos Germanos da antiguidade: a princípio, o material foi largamente colhido em Tácito, mas, à medida que o tempo avançava, os achados arqueológicos foram completando cada vez mais este material. Noutros territórios que, por serem mais afastados, possuem menos referências nos autores clássicos, os antiquários foram impelidos quase necessariamente para os monumentos, como por exemplo Olaus Wormius, médico do rei

* *A History of the Society of Antiquaries, II*, Oxford, 1956.

da Dinamarca, que publicou o *De Monumentis Danicis* em 1643. Como era de esperar, Wurmius concentrou o seu estudo em inscrições gravadas em pedra, mas apesar disso classificou e explicou monumentos rudimentares de pedra, incluindo sepulturas megalíticas, e não deixando de referir ou chegando mesmo a descrever objectos encontrados em mamoaas.

No entanto, para que a arqueologia pudesse emergir do colecionismo foi preciso passar da teoria à prática e essa transição deu-se num ritmo muito lento. John Aubrey (1626-97) parece ter sido o primeiro inglês a descrever, com seriedade e conhecimento directo, monumentos pré-históricos, e é muito sintomático que o seu *Monumenta Britannica* tenha levado dois séculos a vir a lume. O primeiro arqueólogo de campo que conseguiu produzir nos seus contemporâneos tal impressão que os seus trabalhos foram logo publicados, foi William Stukeley (1687-1765), cujo estudo topográfico de Avebury e Stonehenge, no período compreendido entre 1718 e 1725, foi modelar para a época e continuará a ter sempre valor, embora tenha sido empreendido para demonstrar que os antigos Bretões eram trinitários convictos. Stukeley começava o seu prefácio de *Itinerarium Curiosum* (1726) advertindo o leitor de que «a finalidade deste Tratado é obsequiar os curiosos pelas antiguidades da Inglaterra» e continuava, fazendo a importante afirmação de que «é um relato de lugares e coisas observados directamente, não compilados», e convidava «os senhores e outros no país a fazerem pesquisas desta natureza». Não há dúvida que Stukeley andou pelo campo e manejou os aparelhos topográficos, mas pelo que nos é dado saber, interrompeu bruscamente as escavações.

A escavação arqueológica continuou a fazer-se um pouco à toa na última metade do século dezoito. Os primeiros antiquários, como vimos, iam aos clássicos colher informações sobre os seus antepassados remotos, mas não se deu nenhum passo decisivo até que a inesperada viragem dos critérios artísticos, simbolizada na literatura pelo Romantismo, trouxe consigo uma mudança de atitude a respeito dos vestígios materiais das sociedades bárbaras; os monumentos e os pequenos objectos pré-históricos deixaram de ser considerados como inferiores e não conformes com os cânones clássicos e passaram a ser procurados precisamente porque eram rudimentares. A escavação de mamoaas, fáceis de localizar e com probabilidades de levarem à descoberta de

achados relativamente intactos, foi progressivamente levada a cabo por pioneiros como Fausset e Douglas no Kent, Cunnington no Wiltshire e Borlase na Cornualha. [Não restam dúvidas de que os escavadores de túmulos dos séculos dezoito e dezanove, avaliados segundo os critérios modernos, destruíram muito e adquiriram poucos conhecimentos, mas, ao desenterrarem uma quantidade considerável de materiais, ajudaram a lançar os fundamentos da arqueologia pré-histórica.] Não podemos considerar menos valiosa a colecção de achados dispersos que iam sendo descobertos em quantidades cada vez maiores à medida que alastrava a influência da Revolução Industrial. O progresso da vida económica, manifestado, por exemplo, no melhoramento das estradas, na abertura de canais e, mais tarde, na construção de caminhos de ferro, assim como a intensificação da agricultura para atender às necessidades de alimentação da população urbana que se desenvolvia em ritmo crescente, contribuiu para a descoberta de um número cada vez maior de antiguidades numa época em que os homens já estavam mais preparados para as identificarem e salvaguardarem.

[O incremento de colecções públicas veio levantar o problema do seu arranjo e classificação e é significativo que o sistema das Três Idades de C. J. Thomsen] tenha sido publicado num guia (*Ledetraad til Nordisk Oldkyndighed*, 1836) das colecções nacionais de Copenhaga. [Embora este sistema tivesse sido delineado em ordem a um fim prático, já continha no entanto a ideia do desenvolvimento progressivo: a sucessão da pedra, bronze e ferro,] há muito esboçada por Lucrécio, [exprimiu a ideia de um melhoramento progressivo na eficiência dos utensílios e, conseqüentemente, no domínio do ambiente natural.] Neste aspecto é também expressivo o facto de Sven Nilsson, que aplicou o mesmo esquema às colecções de Lund, ter dado um especial relevo às etapas do desenvolvimento económico no seu livro *Skandinaviska Nordens Urinvanare* (1838-43), distinguindo os selvagens que viviam da caça, os pastores ou nómadas, os agricultores e as comunidades civilizadas possuindo escrita, cunhagem e uma subdivisão de trabalho relativamente grande. Sob a influência de homens como Buffon, (1707-88), Erasmus Darwin (1731-1802), e Lamarck (1744-1829), as teorias evolucionistas tinham já começado a fazer sentir a sua influência nos estudos biológicos, e o que Thomsen e Nilsson estavam a fazer, era aplicar estas teorias ao campo da cultura humana. /

Mas se é verdade que a ideia da evolução andava no ar neste tempo, as suas implicações quanto à antiguidade e aos primórdios da história humana continuavam veladas. Thomsen talvez tenha sido influenciado pelas ideias evolucionistas da sua época, mas não tinha a mínima noção da antiguidade do homem e contentava-se com atribuir 3 000 anos à Idade da Pedra na Dinamarca. Mais esclarecedora ainda é a atitude adoptada para com as descobertas que diziam directamente respeito ao período que nós hoje designamos por Idade Paleolítica. Duma maneira geral estas descobertas eram ignoradas, mas, se apareciam referidas, eram explicadas sumariamente. A descoberta de utensílios de sílice, feita por John Frere em Hoxne em condições que, como ele próprio dizia em 1797, «podem tentar-nos a atribuí-los na verdade a um período muito remoto; mesmo para além do mundo actual», não encontrou eco entre os seus contemporâneos; às descobertas de Boucher de Perthes no vale do Somme, ou não se lhes dava crédito ou eram ignoradas; e os próprios livros de notas das escavações de MacEnery na caverna de Kent extraviaram-se. Uma das figuras que mais influência exerceram nessa época foi William Buckland (1784-1856) que acumulou o cargo de professor de Geologia em Oxford com o de deão de Westminster. Quando se consideram as implicações do título completo do seu *Reliquiae Diluvianae; or Observations on the organic remains contained in Caves, Fissures, and Diluvial Gravel and on other Geological Phenomena attesting the action of an Universal Deluge* (1826), a dedicatória deste trabalho sobre geologia plistocena feita ao Bispo de Durham deixa de parecer uma anomalia. Buckland, como bom geólogo que era, não podia deixar de notar os vestígios do homem primitivo, mas não foi capaz de os aceitar no seu verdadeiro valor por causa da «grande dificuldade de reconciliar os períodos remotos e longos que têm sido atribuídos às raças extintas de animais com a cronologia por nós reconhecida», como ele claramente nos diz em *Geology and Mineralogy considered in relation to Natural Theology* (1836). Por isso, quando deparou com os vestígios da chamada «Dama Vermelha» no recheio plistoceno da Gruta da Cabra em Paviland, não foi capaz de acreditar no testemunho dos seus próprios olhos e refugiou-se na ideia de que a sepultura, com varetas de marfim, pulseiras e uma cobertura de ocre vermelho devia estar relacionada com os «restos de um acampamento de Bretões» que existira precisamente

no monte acima do túmulo. Buckland era indiscutivelmente um homem competente e, na época, a pessoa que mais entendia de cavernas plistocenas, mas estava sob a influência dos preconceitos do seu tempo.

A arqueologia pôde desenvolver-se a partir do coleccionismo adentro do esquema das três eras, e as linhas gerais da pré-história secundária puderam mesmo estabelecer-se em alguns países europeus — apesar de tudo, as Três Idades de Thomsen quadravam bem no âmbito da cronologia do Arcebispo Ussher, desde que se pusessem de parte alguns milhares de anos — mas é evidente que não havia lugar para o homem paleolítico. [Para que a simples ideia da pré-história primária pudesse nascer, era preciso que se desse uma revolução na maneira como se concebia a natureza e a antiguidade do homem.]

[Foi o que aconteceu quando Charles Darwin publicou a *Origin of Species* em 1859.] A noção do evolucionismo já tinha sido corrente no século precedente, mas foi só quando Darwin formulou a sua teoria da selecção natural, teoria coerente e, para muitos cientistas, convincente, que a evolução das espécies passou a ser aceite como hipótese. A importância desta doutrina em relação à condição humana era tão manifesta, quão manifesto era o desafio a que vinha sujeitar as concepções tradicionais. No dizer de Huxley, a aceitação do ponto de vista de Darwin tornou necessário «alongar imensamente os cálculos mais liberais que se tinham feito sobre a antiguidade do homem». As repercussões de tudo isto, no espírito daqueles que aderem com facilidade a uma teoria, foram verdadeiramente notáveis. Logo nesse ano, os geólogos Lyell e Prestwich fizeram, na companhia de John Evans, a famosa viagem ao vale do Somme, e, ao regressarem, afirmaram-se acérrimos defensores das afirmações de Boucher de Perthes, às quais ninguém tinha dado crédito. Além disso, os livros de notas de MacEnery foram procurados e encontrados; e cinco anos mais tarde, as escavações na Caverna de Kent recomeçaram, sob o patrocínio da *British Association*. Entretanto, na França, o desinteresse com que tinha sido acolhido o trabalho de Tournal na Gruta de Bize em 1828 era compensado pela notável série de escavações realizadas nas grutas da Dordonha em 1863-64 por Lartet e Christy. Graças a um daqueles acasos que animam a história de todas as ciências, os níveis prodigiosamente baixos a que desceram os lagos da Suíça no inverno de 1853-4 revelaram, pela primeira vez, pormenores da

vida quotidiana dos camponeses da Idade Neolítica e da Idade do Bronze, o que veio aumentar o interesse pelos finais da pré-história na Europa. Foi isto que tornou possível a publicação de *Prehistoric Times*, de Sir John Lubbock, decorridos apenas seis anos após o aparecimento do livro de Darwin e que lhe permitiu fazer a distinção fundamental entre as eras paleolítica e neolítica, facto que ilustra bem a rapidez com que a ideia da pré-história se desenvolveu, logo que desapareceram, submergidas pela corrente do desenvolvimento da ciência biológica, as inibições que tinham impedido o deão Buckland de avaliar as implicações das suas próprias descobertas.

O alargamento incomensurável do âmbito da história humana, implícito na ideia de que o homem evoluiu de uma espécie animal que existiu num passado longínquo, veio reforçar a necessidade de recolher fósseis que ilustrassem o seu desenvolvimento cultural e biológico; dadas as circunstâncias, não é de estranhar que aqueles desenvolvimentos tenham sido concebidos em termos de uma evolução unilinear. As escavações nas grutas da Dordonha foram de tal forma impulsionadas que, em 1881, já G. de Mortillet foi capaz de apresentar, no seu *Le Musée préhistorique*, um protótipo tipicamente francês da sequência da pré-história, sequência que o Abade Breuil pôde completar em 1912. A tendência para preencher lacunas na cadeia do desenvolvimento evolucionista abrangeu também as últimas etapas da pré-história europeia. Contudo importa salientar que homens como Oscar Montelius, Sophus Muller e Joseph Déchelette tiveram plena consciência de que os períodos que eles distinguiam, com base sobretudo em estudos tipológicos pormenorizados, só eram válidos para as províncias para que tinham sido especificamente planeados. O facto de as culturas paleolíticas terem uma extensão temporal e geográfica mais vasta e serem estudadas em conjunto com a geologia e a paleontologia e por vezes consideradas como meros ramos destas ciências, contribuiu para que se não visse com clareza que essas culturas, assim como as dos períodos pré-históricos posteriores, eram mais uma consequência da história humana do que da evolução biológica.

O que destruiu a validade da sequência clássica, que fez época, foi a investigação pré-histórica ter deixado de incidir apenas nos países da Europa ocidental para explorar também a Europa central e oriental,

a África e a Ásia, o que afinal só foi possível graças à acção dos pioneiros franceses. A sequência unilinear começou a esboroar-se mesmo no que respeita ao Paleolítico Inferior na própria Europa e já em 1916 Hugo Obermaier reconhecia a existência de duas tradições contemporâneas no seu livro *El Hombre Fossil*. A sequência do Paleolítico Superior estava mais bem traçada mas era ainda mais vulnerável. Em 1928, Dorothy Garrod, baseando-se nos conhecimentos adquiridos na Palestina e no Curdistão, já se sentia apta a afirmar que a classificação de Mortillet anotava simplesmente «a ordem de chegada ao Ocidente de uma série de culturas, cada uma das quais... tinha nascido e passado provavelmente a maior parte da sua existência em qualquer outra região». À medida que a investigação se espalhava na Ásia ocidental, no Norte da África, na Europa central e na Rússia do Sul, mais complexo se tornava o quadro das culturas de lâminas e de buris dos fins da época plistocena e tanto maior era a certeza de que a sua história não podia ser explicada nos termos de uma linha contínua de desenvolvimento.

Quanto aos últimos estádios da pré-história, que dizem mais ou menos respeito a povos sedentários, vivendo da agricultura, a validade regional das sequências locais fora reconhecida desde o início por distintos cientistas europeus. A despeito disso, o que se procurou fazer foi pouco mais do que delimitar períodos, como não podia deixar de ser nesta época: só na segunda e terceira décadas deste século é que se fizeram tentativas para distinguir agrupamentos culturais. Neste aspecto, Gustaf Kossina (1858-1931) pode ser considerado um pioneiro, porque, embora a maior parte do seu trabalho esteja viciado pelo nordicismo, ele, pelo menos, manifestou claramente o seu interesse pelos povos e não apenas pelos períodos da pré-história e, além disso, porque usou mapas de distribuição para demonstrar a possibilidade de estudar o povoamento pré-histórico. A publicação, em 1925, de *The Dawn of European Civilization*, de V. Gordon Childe, revelou o valor do novo processo e as edições sucessivas dão bem a ideia do seu desenvolvimento no período compreendido entre as duas guerras mundiais. Entretanto, o progresso rápido e podíamos mesmo dizer sensacional que se fez, nos anos que se seguiram imediatamente à Primeira Guerra Mundial, na documentação da antiguidade da vida sedentária e até da própria civilização histórica no Egipto e na Ásia

ocidental, tornou evidente que as posteriores culturas pré-históricas da Europa eram ramificações secundárias, desenvolvimentos relativamente recentes numa região que naquela época era marginal e atrasada, de modo que Childe pôde mostrar que muitos dos desenvolvimentos mais notórios a que se referiu no *Dawn* — tais como a difusão da agricultura e da metalurgia — foram o produto de impulsos que emanaram dos centros da antiga civilização.

[A arqueologia pré-histórica, que se desenvolveu na Europa, deixou de ser um monopólio europeu: foi, como tantos outros, um dos valiosos contributos que a Europa deu ao mundo. Uma das consequências do alargamento do campo de investigação foi, sem dúvida, o reconhecimento de que a pré-história europeia é regional, tal como a pré-história de qualquer outra parte do mundo.] Isto trouxe grandes vantagens: deu aos Europeus uma perspectiva da sua pré-história e abre-nos a panorâmica de uma autêntica pré-história universal. Grandes progressos se têm já feito neste sentido, os quais se devem, em primeiro lugar, aos empreendimentos notáveis dos cientistas ocidentais — não só europeus como americanos — que, em institutos ou em escavações, se entregaram a estes estudos e, posteriormente, às actividades muito promissoras de arqueólogos indígenas que se lhes dedicam inteiramente. A Europa continua a ter direito ao lugar de vanguarda no estudo das culturas superiores dos povos que viviam da caça nos fins do período plistoceno, mas quanto às primeiras fases da evolução do homem e da sua cultura, é provável que o testemunho decisivo venha de toda aquela zona que se estende da África à China e a Java. De novo, é para os territórios situados entre o Nilo e o Oxus que temos de nos voltar em busca dos testemunhos essenciais respeitantes às origens da agricultura e das mais antigas civilizações do mundo, influências que, como já vimos, foram responsáveis pelos desenvolvimentos básicos da pré-história europeia posterior e contribuíram também para a génese da civilização clássica. Por meio da arqueologia, já se têm obtido muitos conhecimentos acerca das origens das civilizações peculiares da Índia e da China, a última das quais influenciou, por sua vez, extensas regiões do Sudeste da Ásia e a região ocidental do Pacífico. A pré-história de algumas regiões que, sob o ponto de vista da história universal, se têm mostrado relativamente infrutíferas, tais como a

Melanésia, a Austrália e a Nova Zelândia, não é menos importante para os seus habitantes actuais. Abstraindo de tudo isto, temos de tomar em consideração a pré-história do Novo Mundo, ultimamente descoberta, que põe problemas de grande importância teórica e de interesse, dentre os quais podemos citar: a colonização inicial por caçadores da Idade da Pedra; as origens da agricultura do Novo Mundo e o aparecimento das civilizações da América central; e as migrações dos Esquimós entre o Alasca e a Gronelândia, para não mencionar as suas relações com os Índios e os povos do Nordeste da Sibéria.

Ao lado deste desenvolvimento no plano geográfico, que hoje se estende a quase todo o mundo, a investigação tornou-se cada vez mais profunda e levantou problemas que interessam especialistas de vários ramos. Enquanto que, num passado muito recente, a arqueologia pré-histórica era praticamente um ramo da museologia, uma parente pobre do coleccionismo, empenhada na classificação de monumentos esqueléticos e bricabaque pouco cativante, ela é hoje considerada cada vez mais como uma chave necessária para compreender a pré-história, um auxílio para a história económica, e reconhecida como parte integrante da investigação do Quaternário e como uma contribuição substancial para a antropologia tomada no sentido lato. O pré-historiador moderno aborda estes temas com o espírito de um ecólogo, isto é, procura estudar as comunidades pré-históricas como unidades, observar a interacção das suas actividades e instituições umas sobre as outras e sobre os habitats e as formas de vida circundantes, situando tudo isto no tempo e considerando de modo especial a causa das evoluções que, no seu conjunto, constituem a pré-história.

Contudo, por muito ambiciosos que os objectivos da pré-história se tenham tornado, o certo é que, enquanto tiverem de ser atingidos por intermédio da arqueologia, continuarão dependentes do testemunho que tem de ser extraído do solo. O pré-historiador, tal como o detective, lida com vestígios palpáveis e visíveis. Tem de escolher o local e sobretudo delimitá-lo, tendo em conta a natureza do problema a resolver e o estado dos testemunhos; em seguida, com estas considerações sempre presentes, tem de obter toda a informação de que precisa através de uma escavação competente e aplicando aos elementos materiais todos os recursos da ciência e do conhecimento que tem

ao seu alcance, sobretudo no que diz respeito ao problema da determinação da época a que esses achados pertencem. Antes de considerarmos o modo como o pré-historiador se esforça por reconstituir a pré-história e de vermos a razão por que é importante que ele esteja em condições de o fazer, é bom analisarmos estes assuntos mais elementares mas, não obstante, de capital importância.

II

SENDAS DA DESCOBERTA

[Entre as atracções da arqueologia, o factor sorte não é a menor: achados valiosos ou indícios de locais da máxima importância sob o ponto de vista científico podem surgir por mero acaso, ao passo que a escavação mais bem planeada e conduzida pode não dar os resultados esperados ou pode, pelo contrário, lançar uma luz absolutamente inesperada sobre problemas afins.] Contudo, todo o arqueólogo que investiga com persistência tem muitas probabilidades de encontrar alguma coisa, e nunca nos podemos esquecer de que, quer se interesse por recolher material do período pré-histórico ou classificá-lo, quer tenha por tarefa interpretá-lo ou relatar a história desse período, o seu trabalho depende, em última análise, do testemunho arqueológico, sem o qual nada pode fazer.

Todo aquele cujo estudo incide sobre a arqueologia medieval, clássica ou oriental, pode contar com uma quantidade muito razoável de monumentos que, embora muitas vezes se encontrem em ruínas, podem normalmente ser localizados sem dificuldade de maior. Os povos da idade pré-histórica, pelo contrário, sendo mais pobres, empregavam geralmente materiais de construção mais deterioráveis, e a maior parte dos resíduos da antiguidade pré-histórica está enterrada no solo com pouca ou nenhuma indicação à superfície do terreno. Há excepções notáveis, é claro; por exemplo, estruturas megalíticas, mamoaes, fortificações de terra — para não falar nas cavernas naturais e nos abrigos nas rochas — sobre as quais se concentrou a investigação dos primeiros escavadores; mas o progresso dos estudos pré-históricos deve-se à descoberta e à investigação de um maior número